



100 DIAS PARA ABERTURA DO MERCADO DE ALTA TENSÃO



ALESSANDRO CUNHA
PRESIDENTE DO GRUPO BC ENERGIA



RODRIGO FERREIRA
PRESIDENTE DA ABRACEEL

18 A 22 DE SETEMBRO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.



ABRACEEL
Associação Brasileira dos
Comercializadores de Energia

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Em reunião com associadas, Conselho de Administração defende antecedência e previsibilidade sobre limites do PLD

07

No 1º Encontro Anual do GT-Abraceel, Aneel e CCEE detalham pautas do mercado até o fim do ano

14

Grupo Técnico discute problemas tributários relacionados ao ICMS

17

Abraceel na Mídia

19

Curtas

29

E o Congresso?

31

Próxima Semana

Em reunião com associadas, Conselho de Administração defende antecedência e previsibilidade sobre limites do PLD

Matéria em 1 minuto:

- Conselho frisou a defesa pela antecedência na discussão sobre o PLD e a posição da Associação será em linha com a nota técnica da SGM, que orienta a discussão pública;

- Alexandre Lopes, VP de Energia da Abraceel, e um membro do Conselho de Administração serão os indicados da Associação para participar do Comitê de Implantação do período sombra do Comitê de Monitoramento de Mercado;

- FaleAqui: Abraceel está elaborando documento com alterações regulatórias necessárias frente aos problemas de migração relatados, bem como a elaboração de documento com perguntas e respostas sobre as etapas, requisitos e responsáveis por cada etapa do processo de migração.

O Conselho de Administração da Abraceel esteve reunido no dia 21.09, em videoconferência aberta à participação das associadas, que contou com a presença de mais de 80 participantes. Após as boas-vindas do Presidente do Conselho de Administração, Alessandro de Brito Cunha, o Presidente-Executivo, Rodrigo Ferreira, iniciou a pauta apresentando a execução orçamentária da Abraceel e, em seguida, tratou dos itens a seguir:

Acompanhamento das metas:

O Presidente-Executivo apresentou cenário das atividades que estão em desenvolvimento pela Associação. Na bandeira “Segurança e sustentabilidade do mercado”, apresentou a proposta de postergar para 2024 a contratação de estudo para apoiar revisão do aporte de garantias financeiras, que depende do resultado do monitoramento, conforme definido pela própria Aneel.

Na bandeira “Formação de preços”, em relação à divulgação do Match da Energia, ficou definida a eliminação da ação e analisar, quando for o caso, a eventual forma de divulgação dos resultados. Rodrigo complementou que será feita análise mais aprofundada dos dados do Match da Energia até o final do período seco.

Quanto à atividade de contribuir com o Legislativo para evitar a obrigatoriedade do preço por oferta, conforme previsto no PL

414, ainda é aguardada definição da tramitação da matéria, que depende do cenário político.

Em seguida, Rodrigo fez uma prestação de contas das atividades realizadas em cada bandeira, com destaque para avanços na bandeira de abertura do mercado, em especial quanto ao FaleAqui! (divulgação na imprensa e apresentação dos resultados para Aneel, Abradee e CCEE) e à pauta do varejista.

Sobre segurança, destaque para a aprovação do início do período sombra do monitoramento para novembro de 2023. Quanto à governança da CCEE, Rodrigo destacou o envio da contribuição da Abraceel e do Fase, que estão alinhadas em diversos pontos, entre eles a aprovação do orçamento anual da CCEE pela Assembleia Geral.

Sobre preço, destaque para reunião da Abraceel com o MME, quando foi antecipado que estão em análise modificações na CPAMP.

Na última bandeira, as ações em destaque foram as reuniões da Abraceel com a associada Matrix e senadores para debater a reforma tributária e o lançamento do 4º volume do e-book sobre derivativos, com foco em tributação e contabilidade.

Encerrando esse ponto da agenda, o diretor de comunicação, José Casadei, destacou as matérias da Abraceel na mídia, em especial, manchetes no Globo e G1 sobre o mercado livre de energia.

Atualização PL 414

Rodrigo relatou a movimentação liderada pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ) para instalação da Comissão Especial do PL 414, colegiado que ainda não teve todas as indicações de integrantes preenchidas pelos líderes partidários. Há expectativa de o MME mandar seu próprio texto sobre realinhamento tarifário do setor, podendo abraçar a pauta da modernização do setor elétrico no escopo. Em linha com sugestão da Abraceel, o Fase enviou carta ao MME colocando-se à disposição para contribuir com a elaboração da matéria.

Posição Abraceel sobre Nota Técnica dos Limites mínimo e máximo do PLD

Rodrigo apresentou os pontos enviados na contribuição da Abraceel, por exemplo, questionamentos se a TEOitaipu deve perma-

necer como parâmetro na metodologia do PLDmin, se deve existir diferenciação entre o PLDmax_estrutural e PLDmax_horário, e, sobretudo, destaque para a garantia de antecedência mínima de seis meses para implementação de alterações. A questão da previsibilidade foi fortemente defendida pelos conselheiros, que deliberaram que a posição da Abraceel é seguir a defesa da antecedência, em linha com a visão da NT da SGM, que orienta a discussão pública.

Próximos passos FaleAqui!

Rodrigo apresentou panorama das últimas ações do FaleAqui!, reforçando a importância de as associadas informarem o protocolo dos casos já reportados à Aneel. Está em andamento a elaboração de documento com alterações regulatórias necessárias, frente aos problemas de migração relatados, bem como a elaboração de documento com perguntas e respostas sobre as etapas, requisitos e responsáveis por cada etapa do processo de migração, segundo as normativas vinculadas. Rodrigo também reportou que a Abra-dee foi convidada para participar das discussões.

Indicação da Abraceel para o Comitê de Implantação do período sombra do Comitê de Monitoramento de Mercado

O Conselho deliberou que Alexandre Lopes, VP de Energia da Abraceel, e um conselheiro serão os indicados para compor o comitê. O grupo terá função consultiva e poderá contribuir com os debates sobre aprimoramentos do novo modelo, com sugestões para melhorias no manual algébrico, nas metodologias aplicadas e nas parametrizações sistêmicas.

Sugestão de a Abraceel participar como *amicus curiae* no processo do STF de repercussão geral da questão de estorno de créditos de ICMS nas vendas interestaduais de energia elétrica

Rodrigo apresentou o caso reportado pela associada ArcelorMittal, segundo o qual Minas Gerais adota o entendimento que o estado de origem pode exigir estorno dos créditos de ICMS proporcional às saídas não tributadas nas vendas interestaduais dos excedentes do consumidor de energia elétrica. Há o entendimento de que a exigência do estorno viola os princípios da não cumulatividade e da não discriminação de bens em razão de sua procedência/destino. Dessa forma, a associada sugeriu a atuação da Abraceel como *amicus curiae* no processo. O Conselho deliberou que é importante a participação da Associação, sem que haja o compartilhamento de custos com todas as empresas associadas.

A Associação buscará orçamentos de mais dois escritórios de advocacia e, com três propostas, consultará quais associadas estão interessadas em participar do processo, havendo o rateio dos custos apenas entre as interessadas. Em paralelo, será consultada a associada ArcelorMittal se há interesse da empresa para fazer o suporte jurídico.

Renovação dos mandatos dos VPs Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú

Foi aprovada a renovação dos mandatos dos vice-presidentes Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú por mais dois anos na posição de vice-presidente de Energia e vice-presidente de Estratégia e Comunicação, respectivamente.

Assuntos gerais

Rodrigo relatou os preparativos para a Missão Texas na próxima semana, que conta com 38 participantes de 21 empresas associadas, além de representantes da Aneel, MegaWatt, Thymos e CCEE. Da mesma forma, o planejamento estratégico também está tendo uma boa adesão das empresas, com 117 confirmados de 63 empresas associadas, isto é, mais de 50% da Abraceel. Por fim, falou da live sobre proteção de dados do consumidor e defesa da concorrência que está prevista para o próximo 23 de outubro, às 16h, via Zoom.

No 1º Encontro Anual do GT-Abraceel, Aneel e CCEE detalham pautas do mercado até o fim do ano

Matéria em 1 minuto:

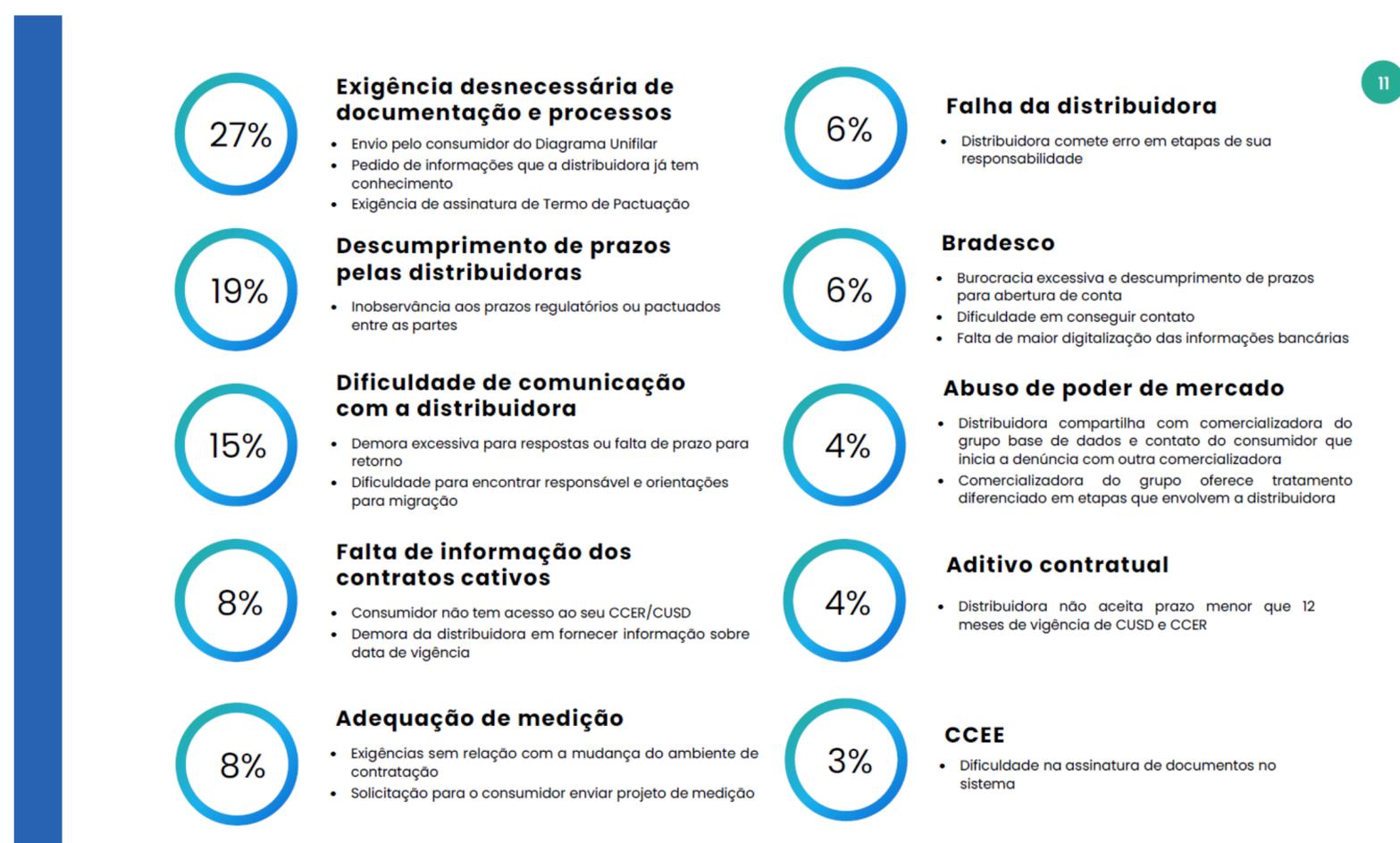
- Aos mais de cem participantes reunidos no auditório da associada BTG, Aneel ressalta que consulta pública sobre comercialização varejista busca entregar antes de janeiro de 2024 ao menos “a base” regulatória para facilitar a migração dos consumidores de alta tensão;
- Medição será simplificada e modelo proposto prevê o envio de 744 dados de cada unidade consumidora por mês – e não mais 89.280 dados, como atualmente –, facilmente acessível em nova plataforma;
- Envio de informações à CCEE referentes ao “período sombra” do monitoramento prudencial ocorrerá nos dois últimos dias úteis da semana e o fator de alavancagem será publicado com defasagem de um dia.

Com a presença de mais de cem pessoas, a Abraceel realizou o 1ª edição do Encontro Anual do Grupo Técnico, em São Paulo, na sede da associada BTG, a quem a Associação agradece o tradicional apoio na cessão do espaço. A iniciativa atende à demanda das associadas por encontros presenciais do GT, que entendem ser uma forma de estreitar o relacionamento entre os especialistas.



Com executivos da Aneel e da CCEE na programação, o encontro trouxe aos participantes uma visão panorâmica, mas sem prescindir de detalhes essenciais, a respeito do nível de atualização e da velocidade de avanço de pautas consideradas entre as mais importantes da agenda do mercado atualmente, como a nova metodologia de monitoramento prudencial, aperfeiçoamento e simplificação da comercialização varejista, melhorias na governança da formação de preços e revisão dos limites do PLD.

No bloco inicial, Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abra-ceel, explicou a motivação da iniciativa, seguido por Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia, que contextualizou os temas da programação, relacionando-os às bandeiras e metas estratégicas da Associação, e por Danyelle Bemfica, Assessora de Energia, que apresentou os resultados e próximos passos do canal de comunicação FaleAqui!, criado para receber casos concretos de problemas enfrentados pelos consumidores no processo de migração e posteriormente buscar, de forma estruturada, soluções com as partes relacionadas.



Varejista, agregação e sistema de informação: Aneel mira entregas para janeiro de 2024

Alessandro Cantarino, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM) da Aneel, apresentou a visão da Agência para os temas da agenda regulatória que ganharam tração este ano, sobretudo no segundo semestre: comercialização varejista, monitoramento do mercado, limites do PLD e governança na formação de preços.

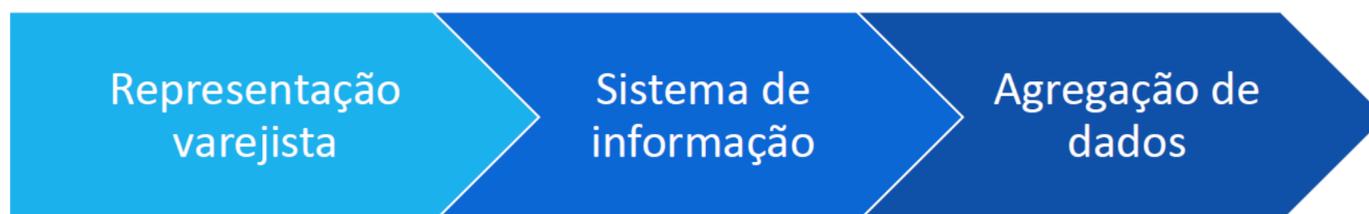
A abertura do mercado de alta tensão catalisou alguns temas, como a simplificação da migração, o aperfeiçoamento da representação varejista e o início dos testes do “período sombra”. Cantarino ressaltou atualizações normativas realizadas desde a sanção da Lei 14.120/2021 e disse que a Aneel está focada em entregar, se não tudo, ao menos “as bases” normativas para que a migração de consumidores, no âmbito da Portaria 50/2022, ocorra com facilidade.

Abertura do Mercado

Efeitos Portaria MME nº 50/2022

 ANEEL

Rebatimentos principais



A melhoria da representação varejista é um dos três pilares, todos interconectados, no radar da Aneel como “rebatimento” da Portaria 50. Segundo o superintendente da Aneel, a CP 28/2023, em curso, pretende endereçar ainda este ano tudo o que for possível nessa matéria.

Outro pilar, esse a cargo da CCEE, é a criação de sistemas de informação mais adequados, para buscar exigir uma menor volumetria de dados, considerando apenas aqueles que são essenciais, tanto para a medição quanto para a agregação, de forma a facilitar as operações aos comercializadores.

O terceiro é a agregação da medição, apoiada em uma plataforma de dados da CCEE que possibilite, para os representantes varejistas, fluxo otimizado de informações dos consumidores. Isso vai requerer revisão de resoluções que normatizam a atuação das distribuidoras.

Cantarino pontuou que a pretensão é fazer “algo simples” e “com o mínimo de intervenção”, sem impor custos financeiros e operacionais adicionais. “O esforço da Aneel é fazer com que as bases principais da regulação estejam prontas antes de janeiro de 2024”, concluiu.

Sobre monitoramento prudencial, Cantarino lembrou que a nova metodologia é uma evolução do sistema já em funcionamento, mas agora com visão prospectiva, buscando antever situações que signifiquem riscos individuais de uma empresa e riscos que possam ganhar proporção sistêmica. “Poderíamos ter uma série de indicadores”, disse, respondendo que o fator de alavancagem foi o escolhido, com o objetivo de avaliar o nível de risco a que o agente está exposto no mercado e sua capacidade de fazer frente às obrigações financeiras com as quais se comprometeu.

O Superintendente frisou que segurança da informação e exigência de uma “quantidade exata” de dados” foram preocupações que nortearam a formação do novo monitoramento, concluindo que a Aneel terá uma área específica de fiscalização mais voltada ao acompanhamento da exposição de risco dos agentes.

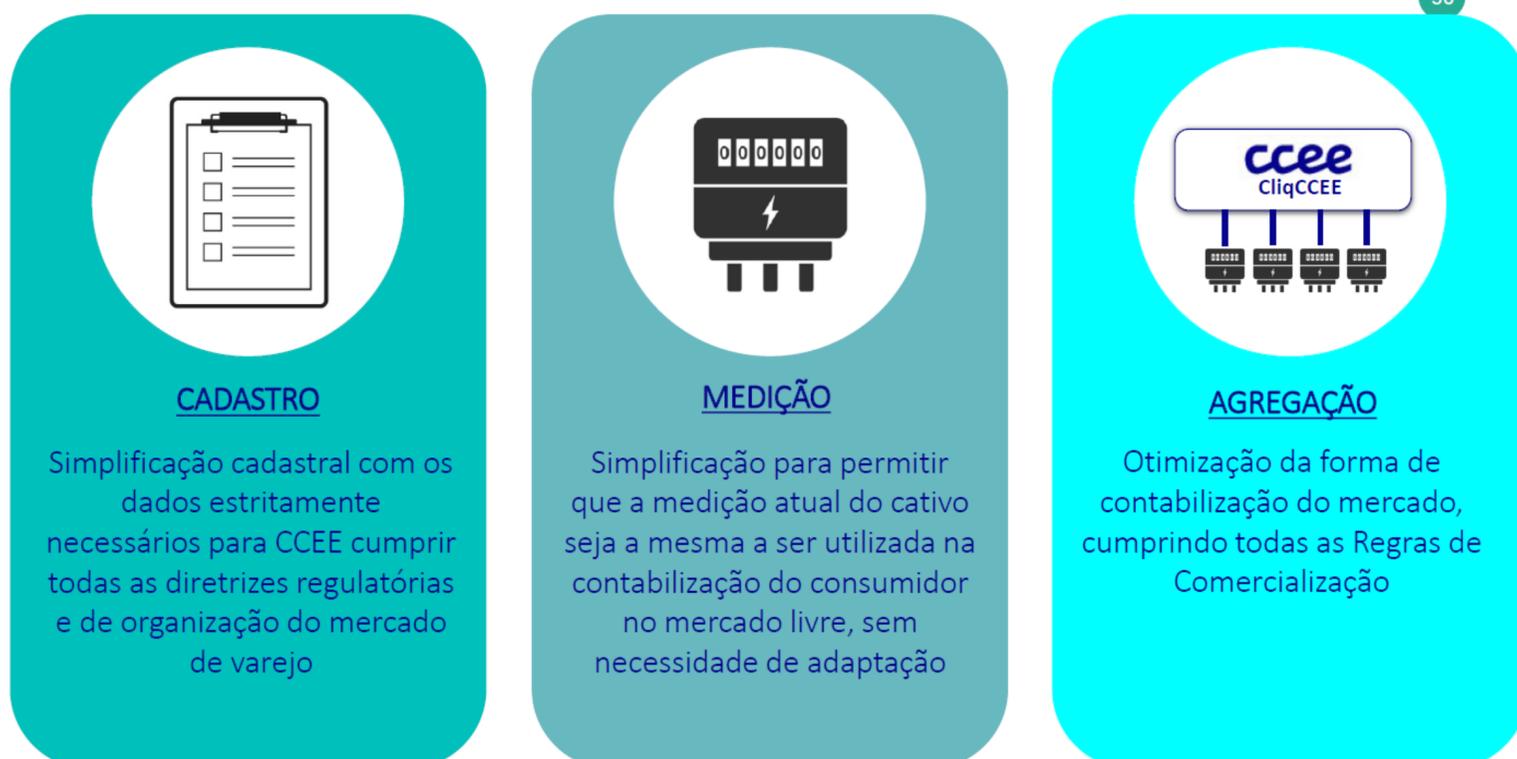
Por fim, Cantarino lembrou que a Aneel vai deliberar, em reunião da diretoria, as decisões envolvendo a ARR que analisou questões intrínsecas aos limites do PLD, sem adiantar informações, e que a governança de formação de preços também está sendo tratada pela Aneel com atenção.

Novo modelo para varejista prevê simplificação e volumetria menor de dados

Gustavo Scignoli, Especialista Regulatório e de Regras de Comercialização de Energia da CCEE, ofereceu detalhes da proposta da Câmara para gestão das informações da comercialização varejista, com mudanças para simplificar e dar mais transparência e confiabilidade às operações, bem como endereçar as diretrizes presentes da nota técnica da CP 28/2023. O modelo, disse Scignoli, traz perspectiva de redução de custos e tem baixa complexidade tecnológica na implementação. As mudanças vão envolver as fases de cadastro, medição e agregação.

CP 28/23 - Operacionalização da abertura de mercado para o varejo

50



Quanto ao cadastro, a CCEE pretende simplificar o processo e exigir apenas os dados estritamente necessários para o cumprimento das diretrizes regulatórias e de organização do mercado de varejo. Atualmente, são exigidas no cadastro mais de 60 informações do representado em três sistemas distintos da CCEE, anuência do consumidor e validação da distribuidora e CCEE.

Com o novo modelo, a perspectiva é exigir apenas oito informações, mas o cadastro deverá ser adaptável para comportar novos dados, por exemplo, uma nona informação e a anuência do consumidor livre em compartilhar os dados de consumo com outros fornecedores, antecipando assim, nesse universo circunscrito a consumidores livres, a introdução do conceito de *open energy*.

Os princípios de simplificação, confiabilidade e redução de custos operacionais serão também norteadores da reformulação dos processos de suspensão de fornecimento (a ideia é automatizar o que for possível) e troca de fornecedores (se o consumidor quer mudar de fornecedor, a ideia é que o futuro varejista entre na plataforma da CCEE e informe que determinada unidade consumidora passará a ser atendida por ele a partir de uma data).

No caso da medição, a ideia é também simplificar o envio de dados e demais processos para permitir que a medição atual do consumidor cativo seja a mesma a ser utilizada na contabilização do consumidor no mercado livre, sem necessidade de adaptação. O modelo proposto prevê o envio de 744 dados de cada unidade consumidora por mês (medição ativa horária) – e não mais 89.280 dados, como ocorre atualmente – que serão enviados pelo distribuidor e disponibilizado ao comercializador varejista. A previsão é que o envio dos dados ocorra por meio de plataforma de integração.

Na agregação, Scignoli explicou que a pretensão é contar com contabilização otimizada, cumprindo todas as regras de comercialização.

Monitoramento prudencial começa em novembro com prestação semanal de informações

Hellen Apolinário, Gerente de Segurança do Mercado da CCEE, ofereceu uma visão geral da implantação do teste da nova metodologia de monitoramento prudencial, que vai funcionar em paralelo à atual, mas também alguns novos detalhes aos agentes. O “período sombra” terá duração de 12 meses, entre novembro de 2023 e outubro de 2024, e funcionará como uma fase de transição para familiarizar os agentes com a nova metodologia de monitoramento e avaliar a eficácia do novo modelo proposto.

INFORMAÇÕES REQUERIDAS

Receita decorrente de **CONTRATAÇÕES** do mercado regulado (CCEAR-D, CER, CCGF, CCEN e de Itaipu).

EXPOSIÇÃO DAS 5 MAIORES CONTRAPARTES, de forma individual, considerando as próximas três contabilizações do MCP

TOTAL DE EXPOSIÇÃO, vendida ou comprada, por tipo de contrato (preço fixo, preço variável e derivativos) em MW médios por submercado e por tipo de energia (M+0 a M+6)



Total de **RECURSO** em MWm, por tipo de contrato (preço fixo, preço variável e derivativos) aberto por meses para o horizonte de M+0 a M+6 e seu respectivo preço médio

Total de **REQUISITO** em MWm, por tipo de contrato (preço fixo, preço variável e derivativos) aberto por meses para o de M+0 a M+6 e seu respectivo preço médio

PATRIMÔNIO Líquido Ajustado

A partir de novembro de 2024, após a Aneel receber os estudos resultantes do teste e deliberar sobre o tema, a CCEE colocará o novo modelo “em produção”, em substituição à metodologia vigente atualmente, com parâmetros de análise do risco consolidados, processo de auditoria das informações disponibilizadas pelos agentes e sanções aplicáveis. Enquanto a resolução não for publicada, tanto o modelo atual de monitoramento quanto o “período sombra” continuarão em vigor.

Enquanto agentes de geração e comercialização terão obrigação de enviar informações semanalmente, a periodicidade de envio será mensal para consumidores livres e especiais – as distribuidoras estão desobrigadas de prestar informações.

Ao longo da palestra, Hellen Apolinário explicou quais dados serão exigidos dos agentes e ofereceu detalhes conceituais desses indicadores e da fórmula de cálculo do fator de alavancagem.

A gerente da CCEE também informou que a janela para envio de informações para a CCEE será nos dois últimos dias úteis da semana e que o fator de alavancagem será publicado com defasagem de um dia, tanto no site da Câmara quanto no site do comercializador. Em um primeiro momento, a CCEE tinha estipulado uma janela de uma semana para os agentes enviarem as informações necessárias para o cálculo do fator de alavancagem, mas após ponderações da Abraceel, foi definido que as informações devem ser enviadas de quinta a sexta-feira.

As apresentações da Aneel e da CCEE realizadas na 1ª edição Encontro Anual do Grupo Técnico, foram enviadas por e-mail e estão disponíveis no [site](#) da Abraceel, na aba “Apresentações exclusivas”.

CCEE divulga datas para Momento Capacita sobre monitoramento prudencial



Visão Geral do monitoramento Prudencial ccee

Momentos Capacita para tratar do tema

1

Visão Geral do Monitoramento Prudencial (Já Realizado)

Dia 20/09

- Objetivos
- Agentes envolvidos
- Informações requeridas
- Fases de implementação
- Prazos gerais de execução
- Sanções

2

Cálculo do Fator de Alavancagem (FA)

Dia 28/09

- MtM - Marcação a Mercado
- Curva Forward
- Medida de Risco
- Cálculo do Patrimônio Líquido
- Cálculo do FA
- Canais de Comunicação

3

Operação do Monitoramento Prudencial

Dia 16/10

- Sistema de Monitoramento
- Processo Semanal
- Processo Mensal
- Inputs
- Outputs
- Mudança de status

A CCEE organizou uma série de palestras no Momento Capacita para ampliar o conhecimento dos agentes sobre temas importantes do monitoramento. A primeira sessão foi realizada dia 20.09, com 500 participantes, de forma online, para dar uma visão geral do monitoramento prudencial.

Um vídeo foi editado e disponibilizado na plataforma da CCEE para que demais agentes do mercado possam acessar. Dúvidas apresentadas pelos agentes que não foram respondidas por falta de tempo serão respondidas e disponibilizadas por escrito, ajudando na compreensão dos assuntos.

As próximas serão vão ocorrer no dia 28.09, com foco no cálculo do fator de alavancagem, e no dia 16.10, para abordar a operação do monitoramento prudencial, via videoconferência, com ampliação da capacidade de participantes.

A Abraceel recomenda que as associadas participem no treinamento organizado pela CCEE e registrem as dúvidas existentes.

Grupo Técnico discute problemas tributários relacionados ao ICMS

Matéria em 1 minuto:

- Associada ArcelorMittal leva ao GT a possibilidade de a Abraceel participar como amicus curiae em processo no STF com repercussão geral sobre estorno dos créditos de ICMS nas saídas não tributadas nos casos de vendas entre estados;
- Associada 2W Ecobank descreve tratamento diferente e não isonômico no Amazonas, com cobrança de ICMS na TUSD apenas para consumidores livres;
- Abraceel agenda reunião com a Secretaria de Fazenda do Amazonas e Conselho de Administração orienta que Diretoria-Executiva busque orçamentos e consulte as associadas sobre o custeio do ingresso da Abraceel como amicus curiae no STF.

No dia 19.09, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir dois problemas relacionados ao ICMS: repercussão geral do tema de estorno de créditos de ICMS no STF e cobrança de ICMS na TUSD apenas para consumidores livres no Amazonas.

Caso contra interpretação de MG terá repercussão geral

Inicialmente, a associada ArcelorMittal explicou o problema que enfrenta em Minas Gerais no caso de operações interestaduais sem a incidência de imposto. De acordo com a associada, quando ocorre uma operação interestadual de compra e venda de energia com excedente, alguns estados, como Minas Gerais, Goiás e Pará, entendem que o excedente não foi tributado – e, com isso, créditos de ICMS deveriam ser estornados.

O STF está julgando esse tema, fruto de ação da Raízen Combustíveis contra o Estado de Minas Gerais, no processo RE 1.362.742, e reconheceu que terá repercussão geral, gerando efeitos obrigatórios para todos os contribuintes do país. Isso pode impactar inclusive o entendimento já pacificado sobre o tema em São Paulo, afetando todas as operações de venda interestadual.

A ArcelorMittal, então, na reunião do Grupo Técnico, solicitou contribuições de outras empresas associadas que enfrentem esse problema. Além disso, a empresa sugeriu a atuação da Abraceel como amicus curiae no processo do STF para garantir um en-

tendimento favorável aos contribuintes. As associadas presentes questionaram os impactos derivados do acúmulo de créditos, pois, em princípio, as comercializadoras não acumulam créditos nas operações, sendo este um problema essencialmente do consumidor.

No dia 21.09, o Conselho de Administração se reuniu para deliberar a atuação da Abraceel no caso, conforme pode ser conferido em matéria nesta edição do Relatório Semanal, e determinou que a Diretoria-Executiva busque orçamentos e consulte as empresas associadas para verificar interesse na adesão delas no custeio de possível ingresso da Associação como *amicus curiae* no processo judicial.

O recurso da Raízen apresentado no STF, bem como as contrarrazões do Estado de Minas Gerais sobre o tema estão disponíveis na área restrita do [site](#) da Abraceel.

Estado do Amazonas dá tratamento diferente para consumidores livres e regulados

Outro problema na incidência do ICMS foi reportado pela associada 2W Ecobank. O caso envolve a cobrança de ICMS na TUSD apenas para consumidores livres no Estado do Amazonas. A associada informou que, em março de 2023, alguns consumidores recém-migrados para o mercado livre passaram a receber um tratamento diferenciado em comparação ao que recebiam quando eram consumidores atendidos pela concessionária Amazonas Energia no mercado regulado.

Documento recebido pelos consumidores relata que, seguindo decisão cautelar na ADI 7195 pelo STF, em 09.02.2023, os consumidores livres deveriam voltar a ser tributados normalmente pelo ICMS, com exceção daqueles que possuem o diferimento do tributo. A associada relatou que os consumidores abriram vários protocolos com a concessionária, na tentativa de entender a lógica dessa cobrança não isonômica.

A 2W Ecobank decidiu expor o problema para as demais associadas da Abraceel para trocar informações e buscar reverter essa prática administrativamente com apoio da Associação.

A Abraceel solicitou reunião com a Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para abordar a cobrança de ICMS na TUSD apenas para consumidores livres e solicita que, caso outras associadas enfrentem o mesmo problema, entrem em contato pelo gt@abraceel.com.br.



ABRACEEL NA MÍDIA

g1

ECONOMIA

Entenda o mercado livre de energia elétrica e como pode afetar a conta de luz

Empresas podem economizar com energia mais barata no mercado livre a partir de 2024. Mas, para quem continuar comprando das distribuidoras, conta pode ficar maior.

Por Laís Carrasco, g1 - Brasília

Entenda o mercado livre de energia elétrica e como pode afetar a conta de luz

Fonte: g1

[Acesse aqui](#)



ENGIE: Sua melhor parceira no Mercado Livre de Energia

Fonte: Rádio CBN

[Acesse aqui](#)

Abraceel: ACL tem migração recorde em julho no acumulado de 12 meses

COMERCIALIZAÇÃO

Abraceel: ACL tem migração recorde em julho no acumulado de 12 meses

Abraceel: ACL tem migração recorde em julho no acumulado de 12 meses

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)

Radar » Grupo Multilixo investe R\$ 40 mi em usina de biometano

ENERGIAHOJE
Uma publicação da Editora Brasil Energia

Home > Consumidores >

ACL registra 5.883 novas unidades consumidoras em 12 meses

ACL registra 5.883 novas unidades consumidoras em 12 meses

Fonte: Energia Hoje

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Mercado livre ganha 5,88 mil unidades consumidoras em 12 meses, maior taxa em dois anos

Fonte: MegaWhat

[Acesse aqui](#)



Itaipu usa R\$ 1 bi da conta de luz para fazer política para o PT

Fonte: Folha de S.Paulo

[Acesse aqui](#)

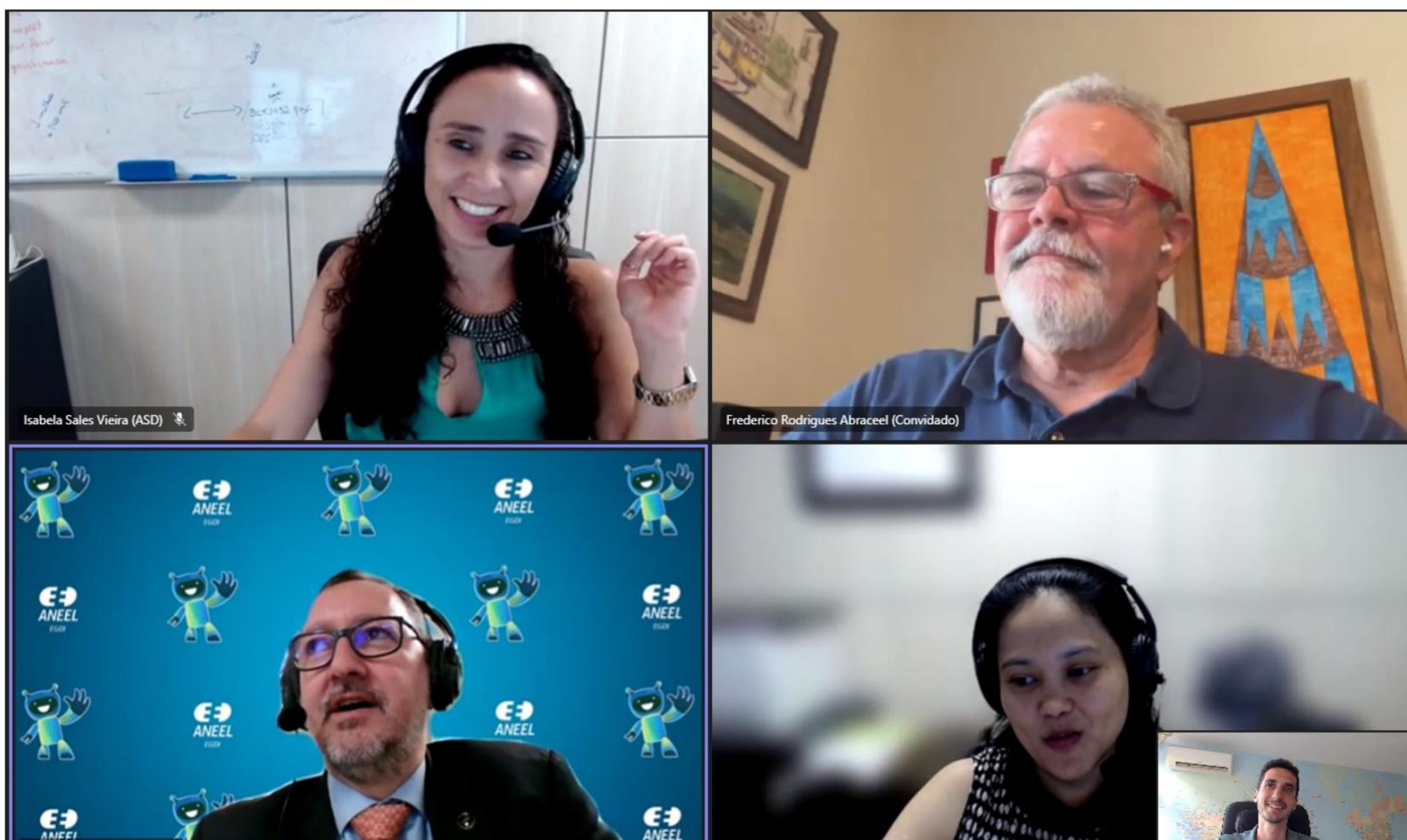
CURTAS

Renovação das concessões de distribuição: MME publica nota técnica em linha com recomendações da Abraceel

O Ministério de Minas e Energia encaminhou ao TCU a nota técnica com as diretrizes para a renovação de concessões de distribuição de energia elétrica, concluindo a Consulta Pública 152/2023. No documento, o MME coloca como diretrizes, em linha com as sugestões apresentadas pela Abraceel, (i) a proteção dos dados custodiados pela distribuidora, os quais devem ser utilizados estritamente no âmbito do interesse da concessão, e a possibilidade de serem compartilhados com terceiros após anuência do usuário; (ii) separação contábil dos serviços a serem oferecidos pela distribuidora que futuramente sejam prestados em ambiente competitivos por outros agentes; e (iii) flexibilidade contratual para que os serviços que possam ser ofertados de modo concorrencial sejam facultados a outros agentes. O rito esperado do processo é que o TCU analise as propostas do governo neste momento e, em paralelo, o MME irá trabalhar em uma minuta de decreto para envio à Casa Civil. Após a publicação do decreto, a Aneel irá realizar todo o processo regulatório de elaboração e aprovação dos contratos e renovação de cada concessão, caso as distribuidoras optem por esse caminho. A nota técnica de fechamento da CP 152/2023 está disponível no [site](#) da Abraceel.

Limites do PLD: ARR entra na pauta da Aneel e Abraceel se reúne com assessoria da relatora

Está na pauta da reunião de Diretoria da Aneel do dia 26.09 a deliberação sobre a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) das normas aplicáveis aos limites máximo e mínimo do PLD e à TEO. O tema foi discutido na reunião do Conselho de Administração da Abraceel no dia 21.09 e a Associação levou seu posicionamento para a assessoria da Diretora da Aneel, Agnes da Costa, relatora dessa matéria, em reunião realizada no mesmo dia. Na ocasião, a Abraceel defendeu a necessária antecedência e previsibilidade na decisão, sugerindo que a diretora deixe claro que não haverá nenhuma mudança metodológica nos valores a serem aplicados em 2024, com discussão pública sobre a oportunidade de melhorias nas metodologias dos limites mínimo e máximo do PLD.



Tipo 1 ou 2: comercializadores devem enviar balanços auditados até 31.12

Agentes comercializadores de energia elétrica deverão enviar à CCEE, no período de 1 a 31.12 deste ano, os balanços patrimoniais auditados para que as empresas sejam classificadas, em janeiro de 2024, em tipo 1 ou 2, conforme determina a Resolução 1.014/2022. Serão aceitos os balanços referentes ao ano de 2022 ou atualizações do exercício de 2023, desde que estejam auditados por empresas autorizadas pela CVM. Assim, serão classificadas como comercializadoras tipo 1 empresas que tiverem patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 10.142.890,00, e como tipo 2 aquelas com PL inferior a isso. Agentes que não enviarem a devida documentação serão classificados como tipo 2 e ficarão sujeitos às limitações previstas na regulação, como o limite para registro de contratos. Além disso, só será possível solicitar uma reavaliação no próximo processo de classificação, previsto para abril de 2024.

CCEE realiza primeiro de três encontros sobre monitoramento prudencial

A CCEE programou três encontros do Momento Capacita para apresentar detalhes da forma de operacionalizar o “período sombra” do monitoramento prudencial. O primeiro foi realizado no dia 20.09, quando foi apresentada visão geral sobre o tema. Na ocasião, a CCEE reforçou que o início dos testes começa em novembro deste ano, com duração mínima de 12 meses, e que a

janela de apuração contempla o mês de apuração e os seis meses de referência à frente (M+0 a M+6). Os agentes comercializadores deverão enviar as informações requeridas semanalmente, entre quinta e sexta-feira de cada semana. Em síntese, as etapas de processamento do monitoramento prudencial estão estabelecidas na imagem a seguir, que abarca (i) as declarações dos agentes, (ii) apuração das exposições e marcação ao mercado, (iii) consolidação das parcelas de risco e (iv) cálculo e divulgação do fator de alavancagem. Ademais, a CCEE reforçou que todos os dados encaminhados pelos agentes para o cálculo do fator de alavancagem devem ser mantidos pelo período mínimo de um ano, pois serão requeridos no processo de auditoria do monitoramento prudencial. A gravação do primeiro Momento Capacita sobre monitoramento está disponível no Portal de Aprendizado da CCEE. O segundo encontro está programado para 28.09, às 10h, para detalhar o cálculo do fator de alavancagem. O terceiro e último encontro será realizado dia 16.10 para tratar sobre operação do monitoramento prudencial.



No escopo da CP de comercialização varejista, CCEE e Aneel farão workshop no dia 05.10

A CCEE e Aneel irão realizar um evento na manhã do dia 05.10 para discutir os aprimoramentos na regulamentação vigente para o comercializador varejista, dentro do escopo da Consulta Pública 28/2023 da Aneel. O evento acontecerá de forma presencial em São Paulo, com local e programação a serem divulgados em breve.



Responda o formulário: como alocar o risco de inadimplência de consumidor varejista com decisão judicial?

A Abraceel enviou às associadas um formulário para colher opiniões sobre o tratamento da inadimplência de consumidor varejista inadimplente quando amparado por decisão judicial. As respostas servirão de subsídio para a contribuição da Abraceel na Consulta Pública 28/2023 sobre comercialização varejista e serão discutidas na reunião do Grupo Técnico no dia 03.10. As respostas, por meio do formulário, devem ser enviadas até a próxima sexta-feira, dia 29.09. Acesse o [formulário](#).

Abraceel apresenta propostas para nova agenda regulatória da Aneel

A Abraceel enviou, no dia 20.09, contribuição à Tomada de Subsídios 14/2023 da Aneel, sobre a elaboração da Agenda Regulatória da autarquia para o biênio 2024-2025. No texto, a Associação abordou temas recorrentes levantados pelas associadas cujo tratamento é muito importante em um cenário de abertura mais ampla do mercado, como a regulamentação da proteção aos dados do consumidor e do open energy, o aprimoramento do processo de migração e a operacionalização dos ajustes, em resolução normativa, que tratam da comercialização varejista, da ótica de abertura de mercado (flexibilização dos requisitos de migração para o ACL e da viabilidade de agregação de dados de medição). No tema estratégico “monitoramento do mercado”, a Abraceel recomendou a realização de consulta pública com os resultados do “período sombra” do monitoramento prudencial de mercado. O texto pode ser lido no [site](#) da Abraceel, aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.

Aneel aprova consulta pública para programa de resposta da demanda

Na reunião de Diretoria no dia 19.09, a Aneel aprovou, por unanimidade, a abertura de consulta pública para aprimorar a Resolução 1.030/2022 e promover uma revisão nos Procedimentos de Rede para aprimorar a representação do programa de resposta da demanda na cadeia de modelos de formação de preço. Os interessados poderão contribuir entre 21.09 e 06.11. Quanto ao item do resultado da CP 5/2023, sobre o tratamento dos créditos tribu-

tários decorrentes de processos judiciais acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e Cofins, a diretora Agnes da Costa pediu vistas ao processo.

Cpamp apresenta andamento das atividades

No dia 20.09, a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp) promoveu workshop para apresentar os avanços nas atividades do ciclo de trabalho 2023-2024. No workshop, a Cpamp também apresentou o resultado da pesquisa, feita com os agentes do mercado, sobre quais temas devem ser tratados de forma prioritária no próximo ciclo de atividades. Foram recebidas 63 contribuições, que priorizaram, nessa ordem:

- (i) Fontes intermitentes;
- (ii) Estocasticidade da carga;
- (iii) Internalização dos custos variáveis das UHEs;
- (iv) Consideração de variáveis climáticas na geração de cenários hidrológicos;
- (v) Avaliação de modelos alternativos de geração de cenários, (vi) avaliação do horizonte de simulação do Decomp;
- (vii) Desenvolvimento de um simulador detalhado e não-linear de avaliação da qualidade da política (Newave/Decomp/Dessem);
- (viii) Modelagem estocástica do Decomp a partir da segunda semana operativa;
- (ix) Avaliação da influência das afluências e dos armazenamentos na construção das políticas operativas para mitigação da volatilidade; e
- (x) Avaliação da função de custo de déficit.

Como os agentes poderiam sugerir outros temas, assim o fizeram, e os três primeiros foram i) VMinOp sazonal/internalização da CRef, ii) metodologia e governança para definição do CVaR e iii) curtailment e vertimento turbinável. O workshop também contou com a apresentação de alguns agentes sobre os temas que foram objeto de consulta pública anterior. No fim do workshop, a Cpamp anunciou que no dia 11.10 a CCEE irá promover um Momento Capacita para tratar do Newave Híbrido.

Abraceel se reúne com ANPD para discutir proteção dos dados do consumidor

No dia 21.09, a Abraceel, representada por Bernardo Sicsú, Frederico Rodrigues e Ângela Oliveira, estiveram reunidos com o Diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves Ortunho Jr., e equipe, para uma conversa institucional de apresentação das entidades e discussão da proteção dos dados do consumidor no contexto de abertura. Na ocasião, a ANPD reforçou a importância de analisar as razões para a transferência dos dados do consumidor e se colocou à disposição da Associação para continuidade das discussões.



MME abre CP sobre segurança do fornecimento de energia em situações emergenciais

O Ministério de Minas e Energia instaurou consulta pública para analisar diretrizes gerais para o enfrentamento de situações emergenciais de restrição temporária do fornecimento de energia elétrica ou situações com potencial risco iminente de suspensão do fornecimento no sistema elétrico brasileiro. A proposta prevê, como alternativa, a contratação prévia de agentes que possam reestabelecer o funcionamento do sistema interligado nacional em caso de ocorrências, sendo remunerados apenas caso seja necessário atuar. Outras opções são (1) não fazer nada e manter o status quo e (2) estipular ações prévias para a Aneel, ONS e CMSE, sendo essa última a alternativa apontada como preferencial pelo MME. Os agentes interessados podem enviar

contribuições até o dia 20.10 pelo [link](#). A Abraceel irá avaliar eventual contribuição na referida consulta pública.

Em reunião com Abraceel, empresa argentina demonstra interesse no Brasil

No dia 20.09, a Abraceel se reuniu com executivos do Grupo Dacal, da Argentina, que, entre outras atividades empresariais, está inserido no segmento de energia renovável. O grupo tem interesse na exportação e importação de energia elétrica entre Argentina e Brasil e buscou interlocução com a Abraceel para entender as oportunidades entre os dois países. A empresa também demonstrou interesse na aquisição de comercializadora de energia no Brasil, como meio de acelerar sua presença aqui em nosso mercado.

CURTAS - GÁS NATURAL

Conselho de Carregadores avalia contribuição para regulação do carregamento de gás

No dia 15.09, o Conselho de Usuários representante dos carregadores de gás natural se reuniu em caráter extraordinário para discutir sobre a nota técnica do contrato de transporte. No dia 18.09, o mesmo colegiado discutiu os aspectos da Consulta Pública 12/2023 da ANP, sobre a regulamentação da atividade de carregamento de gás natural e o serviço de transporte. No dia 21.09, o Conselho enviou contribuição à CP 12/2023 com sugestões de melhorias na regulamentação, como antecedência na oferta de capacidade, conclusão da regulamentação do novo marco legal, em especial nas discussões que tratam de transparência e disponibilização de informações, e clareza nas informações sobre as tarifas de transporte. A íntegra está disponível no [site](#), na área do associado

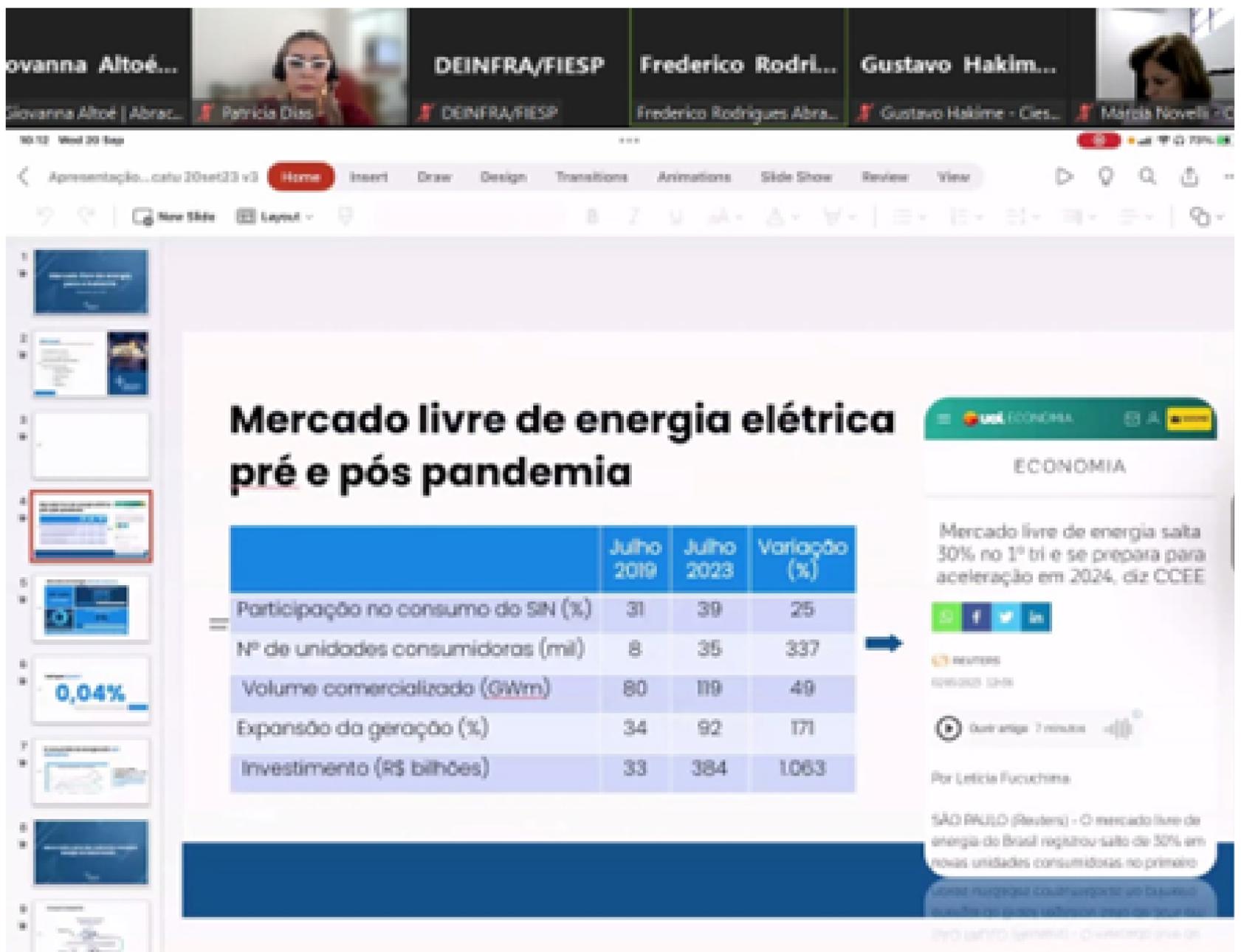
Abraceel pede apoio da Fazenda para criação do comercializador independente de etanol

Em 21.09, a Abraceel enviou carta ao Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, solicitando apoio para a criação da figura do comercializador independente de etanol. O pedido é desdobramento da reunião realizada

em 05.09, quando os Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, bem como a ANP, demonstraram visão favorável ao avanço da matéria, em especial de remoção dos entraves tributários existentes. Na ocasião, a Fazenda solicitou o envio das propostas de alteração legal que têm o objetivo de assegurar isonomia tributária entre comercializadores, sem distinção se o agente é ou não vinculado a produtor de etanol. A íntegra da carta está disponível na [área restrita](#) do associado.

Indústrias do mercado livre: Abraceel apresenta benefícios para empresas no Ciesp

A Abraceel realizou apresentação para empresas associadas do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), especificamente da unidade regional localizada na cidade paulista de Botucatu, no dia 20.09. Foi possível explicar a situação, perspectivas e funcionamento do mercado livre de energia, bem como detalhes sobre o processo de migração do ambiente regulado para o livre. A iniciativa é fruto de conversas com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para disseminar informações sobre o mercado livre de energia.



Mercado livre de energia elétrica pré e pós pandemia

| | Julho 2019 | Julho 2023 | Variação (%) |
|------------------------------------|------------|------------|--------------|
| Participação no consumo do SIN (%) | 31 | 39 | 25 |
| Nº de unidades consumidoras (mil) | 8 | 35 | 337 |
| Volume comercializado (GWh) | 80 | 119 | 49 |
| Expansão da geração (%) | 34 | 92 | 171 |
| Investimento (R\$ bilhões) | 33 | 384 | 1063 |

ECONOMIA

Mercado livre de energia salta 30% no 1º tri e se prepara para aceleração em 2024, diz CCEE

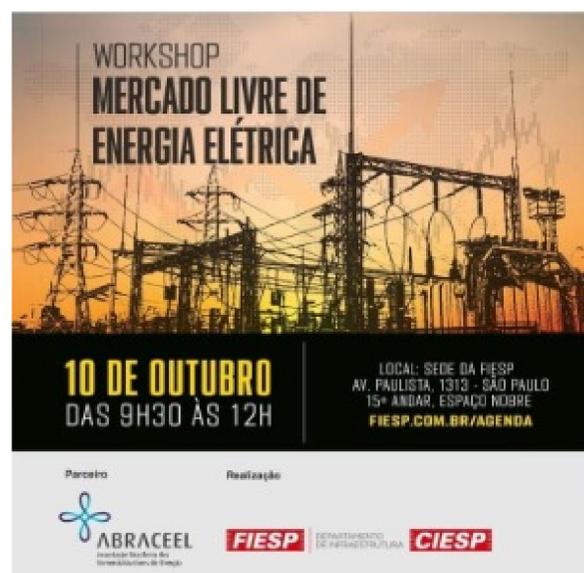
Por Leticia Fucichina

SÃO PAULO (Reuters) - O mercado livre de energia do Brasil registrou salto de 30% em novas unidades consumidoras no primeiro

CURTAS - CURSOS E EVENTOS

Abraceel será parceira da Fiesp em evento para divulgar mercado livre para indústrias

A Abraceel será parceira da Fiesp na realização de um workshop presencial para explicar o mercado livre de energia para consumidores industriais. O evento será realizado no dia 10.10, entre 9h30 e 12h, na sede da Fiesp, na Avenida Paulista, 1.313, 15º andar, em São Paulo. O encontro servirá para explicar o funcionamento



do mercado livre de energia, etapas envolvidas no processo de migração, oportunidades e benefícios em migrar para o ambiente livre, entre outros aspectos. Além disso, o evento presencial foi idealizado para que consumidores industriais e comercializadoras possam interagir e realizar contatos comerciais. [Salve na agenda](#). A Abraceel divulgará em breve instruções para associadas interessadas em confirmar participação.

[Save the date] Almoço dos Traders será realizado dia 08.12 às 12h

O Instituto Energia do Saber, organização sem fins lucrativos que promove atividades relacionadas ao desenvolvimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, convida todos as associadas da Abraceel para o Almoço dos Traders de Energia, tradicional evento promovido pelo IES, que visa arrecadar recursos para esse projeto, que auxilia mais de 2.500 crianças em vulnerabilidade social. O almoço será realizado no dia 08.12, entre 12h e 16h, no Club Athletico Paulistano, em São Paulo. A Abraceel oferece apoio exclusivamente em ações de comunicação junto as suas associadas. Mais informações sobre o almoço serão enviadas em breve. Para conhecer mais detalhes a respeito das atividades do Instituto Energia do Saber, acesse o [site](#).



Em evento da BC Energia, Abraceel explora abertura do mercado de alta tensão em 2024

No dia 20.09, Rodrigo Ferreira participou de evento digital organizado pelo Grupo BC Energia para explorar o funcionamento do mercado livre de energia e as perspectivas que se abrem para os consumidores de energia em alta tensão a partir de janeiro de 2024 com os efeitos da Portaria 50/2022. A live foi oportunidade para explicar a evolução histórica do processo de abertura do mercado elétrico no Brasil, os benefícios do mercado livre, os aperfeiçoamentos no processo de migração e temas como o compartilhamento de dados dos consumidores. A gravação estará disponível no canal do Grupo BC Energia no [LinkedIn](#).





A 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU movimentou lideranças políticas para Nova York e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou da comitiva. Quando se fala em energia, a bola da vez é transição energética e agendas alinhadas com a “pauta verde”. Com a ida do PP e Republicanos para o primeiro escalão do governo, o governo passa a contar com um cenário mais favorável para aprovar sua agenda de projetos no segundo semestre.

Economia verde em pauta – O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lidera o Plano de Transformação Ecológica, sempre destacando o apoio da Ministra Marina Silva e do Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin. No lançamento, Haddad destacou a criação de um mercado regulado de carbono, a emissão de títulos soberanos sustentáveis, a criação de uma taxonomia sustentável nacional e a reformulação do Fundo Clima para financiar atividades que envolvem inovação tecnológica e sustentabilidade. Em [artigo](#) para o Financial Times, Haddad destacou o compromisso do Brasil com uma economia verde, dando ênfase ao mercado de carbono. Diz que o objetivo é conciliar crescimento econômico, mudança social e proteção ambiental.

Na Assembleia Geral da ONU, o ministro Alexandre Silveira deu destaque para ações do Plano Nacional de Transição Energética que estão inseridas no [Novo PAC](#), que abrange ações como acréscimo da geração e da transmissão de energia, avanço na universalização do acesso à eletricidade, modernização da iluminação pública nos municípios por meio de parcerias público-privadas (PPP), redução da dependência externa brasileira de combustíveis e derivados fósseis, pesquisas para ampliar o conhecimento geológico e de recursos minerais e investimentos em ecocombustíveis para ampliar a matriz energética, priorizando projetos que gerem empregos verdes e desenvolvimento tecnológico em bases sustentáveis.



Alexandre Silveira  @asilveiramg · 17 de set

Missão Nova York: cheguei para lançar o Plano Nacional de Transição Energética, na ONU.   



Falando em combustíveis... - O “Combustível do Futuro” chegou na Câmara dos Deputados como [PL 4516 de 2023](#), mas ainda sem tramitação definida. A matéria trata sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o marco legal da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono. A matéria é de autoria do Poder Executivo e foi produzida no âmbito do Programa Combustível do Futuro, instituído pelo CNPE por meio da Resolução 7, de abril de 2021, com o objetivo de propor medidas para incrementar a utilização de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, bem como da tecnologia veicular nacional com vistas à descarbonização da matriz energética de transporte nacional.

Subsídios para biocombustíveis – O presidente da Câmara, Arthur Lira, defendeu a criação de subsídios para a produção de biocombustíveis e que é preciso encontrar [espaço no orçamento](#) para isso.

Reforma tributária e energia – Dando seguimento ao ciclo de debates sobre o tema, a Comissão de Assuntos Econômicos promoveu mais uma audiência pública, desta vez, com a participação da Abradee, que também representou o Fase. Wagner Ferreira, Diretor Jurídico e Institucional da Associação, defendeu um regime especial para energia elétrica para garantir a tributação mais adequada ao consumidor de energia. Veja a [apresentação](#) feita.

Projeto de debêntures volta para a Câmara – O Senado aprovou o PL 2.646 de 2020, que cria as debêntures de infraestrutura emitidas por concessionárias de serviços públicos. A matéria retorna para votação na Câmara e posterior sanção.

Base na Câmara para Lula - Com PP e Republicanos ocupando ministérios no governo Lula, a base do presidente está mais robusta, em torno de 340 votos. Isso já torna o cenário mais favorável para aprovação de uma PEC.

PRÓXIMA SEMANA

Diretoria da Abraceel realiza Missão Internacional ao Texas, de 25 a 29.09;

25.09 - Segunda-feira: Abraceel participa da reunião da CCEE para discutir projeto experimental para otimizar a implementação da Portaria 50/2022 do MME, às 10h;

Ângela Oliveira palestra na abertura da quarta edição da Semana da Gestão e Eficiência Energética, [evento online e gratuito](#), às 19h.

26.09 - Terça-feira: Abraceel participa de encontro da Frente de Energia, no Senado Federal, para discutir a proposta de reforma tributária, às 14h30;

Abraceel participa do GT Resposta da Demanda do CT PMO/PLD, às 15h.

27.09 - Quarta-feira: Abraceel participa da 4ª reunião ordinária do Fórum do Gás, às 14h30.

28.09 - Quinta-feira: Abraceel participa do Momento Capacita, da CCEE, cuja pauta é o cálculo do fator de alavancagem, às 10h.

29.09 - Sexta-feira: Ângela Oliveira participa do IWB, na palestra sobre mercado livre e varejista, às 8h30;

Abraceel participa de reunião da CCEE de interação com as Associações, às 9h;

Abraceel participa da 8ª Reunião Ordinária do Conselho de Usuários representante dos carregadores de gás natural, às 14h.